16:07 Vo)) LTE 5G 89%

Tarifa de Itaipu deveria estar 36% menor após fim da dívida, afirma grupo técnico

Direção da hidrelétrica diz que projeção, feita por comitê da própria usina, não existe oficialmente

Alexa Salomão

SÃO PAULO A tarifa de energia de Itaipu Binacional poderia ter caído para US$ 10,77 pelo kW (quilowatt) no ano passado, quando foi quitada a dívida para a construção da hidrelétrica. O dado consta de projeção feita por grupo de trabalho interno da própria hidrelétrica, o Cecuse (Comitê de Estudos para Avaliação do Custo Unitário do Serviço de Eletricidade de Itaipu).

A **Folha** teve acesso a estudos tarifários anuais e as projeções do grupo em diferentes anos.

O Cecuse é o grupo técnico com representantes do Brasil e do Paraguai. Foi criado nos anos de 1990 justamente para, anualmente, fazer estudos tarifários a partir dos custos. Também faz projeções.

Historicamente, o valor definido no estudo tarifário é submetido à diretoria, ao conselho e aprovado.

A **Folha** também conversou com pessoas que acompanham a empresa. Todas confirmaram que os cálculos do Cecuse mostrando a queda do valor da tarifa são conhecidos em diferentes órgãos do governo.

As projeções mostram que a dívida contraída para a construção da hidrelétrica cairia em 2022 e seria quitada no ano seguinte após o pagamento de um valor residual, o que levaria a fortes reduções nos custos e, consequentemente, da tarifa e da conta de luz.

O levantamento do Cecuse destaca que a tarifa ficou congelada em US$ 22,60/kW de 2009 a 2021. A dívida, então, consumia pouco mais de US$ 2 bilhões por ano.

Em 2022, essa despesa caiu para US$ 1,4 bilhão, e isso permitiria que a tarifa caísse para US$ 18,75. No entanto, o valor fixado foi de US$ 20,75/kW, 10,66% acima.

No ano passado, o custo anual da dívida ficaria abaixo de US$ 300 milhões, o que, pela projeção do Cecuse, levaria a tarifa aos US$ 10,77. O valor fixado, no entanto, foi de US$ 16,71 —55% mais que o previsto pelo comitê.

Especialistas que conhecem as normas do tratado e seus anexos afirmam que a discrepância entre o projetado pelo grupo técnico e o valor efetivamente praticado é uma demonstração de que os governos dois lados da fronteira estão elevando os gastos de Itaipu com obras e projetos socioambientais à medida que as despesas com o pagamento da dívida foi caindo.

Detalhe: 85% da energia de Itaipu é paga por brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O valor é obrigatoriamente debitado na conta de luz.

Pelo definido no acordo bilateral, a tarifa de Itaipu é o valor necessário para manter a hidrelétrica em operação e cumprindo suas obrigações, como pagar royalties aos municípios afetados pela usina.

Obras e projetos socioambientais são registrados na contabilidade de Itaipu como despesa de exploração. Sob Jair Bolsonaro (PL), a dívida começou a cair, mas os gastos com obras escalaram, e a despesa de exploração passou a subir.

O primeiro diretor-geral de Itaipu da gestão bolsonarista, o general de Exército Joaquim Silva e Luna, fez ajustes, cortou pessoal, enxugou a estrutura operacional, revisou convênios e patrocínios nos dois anos em que ficou no comando. Com a economia, ampliou o plano de investimentos da usina mantendo o valor da tarifa.

Em abril de 2021, Luna e Silva foi substituído pelo também general João Francisco Ferreira, que ficou apenas dez meses no cargo e pediu exoneração.

O último diretor-geral na gestão Bolsonaro, almirante Anatalício Risden Junior, assumiu em janeiro de 2022 anunciando o compromisso de ser um negociador com o Paraguai. Coube à sua gestão acompanhar a discussão do primeiro reajuste tarifário em 13 anos graças à redução do custo de dívida de US$ 2 bilhões ao ano para US$ 1,4 bilhão.

Foi quando a despesa de exploração, que ficava entre US$ 760 milhões e US$ 800 milhões por ano, ultrapassou US$ 1 bilhão pela primeira vez na história.

Risden encerrou o mandato distribuindo um anúncio em que destacava 36 empreendimentos financiados pela tarifa de energia na gestão bolsonarista de 2019 a 2022. Bolsonaro foi a inúmeros eventos no Paraná, não raro acompanhado do presidente do Paraguai, para lançar ou inaugurar obras.

O Paraná foi um dos 14 estados onde ele venceu no segundo turno da eleição presidencial de 2022, com 62,40% dos votos válidos.

Existia a expectativa de que o governo Lula (PT) revisse essa estratégia, uma vez que é preciso reduzir o custo da energia brasileira, cada vez mais cara. No entanto, ela foi ampliada e críticos dizem que para repetir a receita política de Bolsonaro.

O novo diretor-geral, Enio Verri, anunciou o programa "Itaipu Mais que Energia", prevendo investimentos de R$ 1 bilhão em projetos de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, expandiu a área de abrangência da usina para atender todos os 399 municípios do Paraná e outros 35 de Mato Grosso do Sul.

Já foi anunciado ainda que Itaipu vai custear uma nova área para as emas no Palácio do Alvorada. Em 28 de março, Itaipu formalizou que vai investir R$ 752 milhões para concluir a Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). Estuda colocar R$ 1 bilhão em obras de saneamento em Belém, para a cidade receber a COP-30, conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

O balanço consolidado de Itaipu referente ao ano passado ainda não foi divulgado, mas a projeção é que a despesa de exploração tenha subido para casa de US$ 1,5 bilhão.

Atualmente, há uma queda braço entre Brasil e Paraguai pela tarifa de 2024. Provisoriamente, o Brasil está aplicando o mesmo valor do ano passado, mas o governo de Santiago Peña quer mais.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa negou que a projeção tenha sido feita, apesar de a **Folha** ter tido acesso aos documentos da empresa e ter complementado a apuração com relatos de pessoas ligadas à Itaipu que também tiveram acesso aos dados.

"A projeção citada na reportagem inexiste dentre os documentos oficiais da entidade", afirmou o texto.

A assessoria manteve o argumento de que a tarifa é fruto de entendimento entre Brasil e Paraguai, com base em custos definidos nos acordos bilaterais.

"Destacamos que a tarifa de Itaipu, definida anualmente por consenso entre Brasil e Paraguai, considera as despesas de exploração (operação, manutenção, gestão da empresa e projetos socioambientais), os encargos do Anexo C (como o pagamento dos royalties) e os empréstimos e financiamentos (entre eles, a dívida de construção da usina). Em 2023, em vista da diminuição das obrigações contraídas com a dívida da construção da usina, fruto de árdua negociação entre a gestão brasileira e paraguaia, a tarifa de Itaipu reduziu 19,5%."

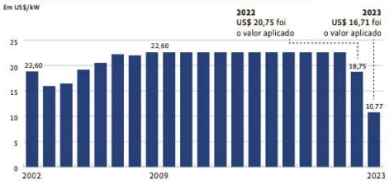
A assessoria disse ainda que Itaipu continuará mantendo recursos para investir nas diretrizes estabelecidas pelo governo federal e de acordo com sua missão: "Gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai".

Vertedouro aberto na usina hidrelétrica de Itaipu Sara Cheida - 7.nov.23/Itaipu Binacional

Evolução da tarifa de Itaipu

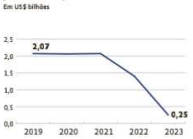
Tarifa da usina binacional com base nos estudos de comitê interno

Em US$/kW



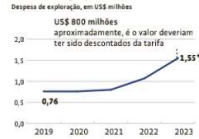
Tarifa caiu menos do que seria possível porque à medida que o custo com a dívida pela construção da usina abaixou...

Em US$ bilhões



... houve aumento da despesa de exploração, onde são registrados gastos com obras e projetos socioambientais

Despesa de exploração, em US$ milhões



* estimativa
Fonte: Itaipu

Narrativa do Brasil na agenda verde melhorou, diz Campos Neto

Adriana Fernandes

SÃO PAULO O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avalia que a agenda climática também é dos bancos centrais de todo o mundo, já que a política de juros é muito afetada pelos eventos climáticos que distorcem os preços da economia.

Em entrevista à **Folha**, Campos Neto reconheceu que a "narrativa" do Brasil para a agenda verde melhorou.

"Os investidores e as pessoas entenderam que há uma preocupação [no Brasil], que tem projetos, qual o sequenciamento deles e para onde está indo em termos de medidas de sustentabilidade", diz.

Para ele, o Brasil tem uma vantagem e deveria ser visto como grande produtor de bens que usam energia sustentável.

"Nessa rearrumação de cadeias produtivas, como estamos vendo no mundo, o Brasil é sério candidato para atrair muito investimento de produtos produzidos por energia sustentável. Poucos países têm as condições que o Brasil tem de energia sustentável."

Segundo Campos Neto, os BCs mundiais tinham dificuldade de correlacionar a agenda verde e seus mandatos. Mas perceberam que é pauta das autoridades monetárias.

"Agora, está muito claro que, se tivermos problemas climáticos em sequência, isso também afeta a política monetária, porque tem distorção de preços, afeta logística e energia. Afeta os juros e, em última instância, afeta a estabilidade financeira", afirma.

No governo de Jair Bolsonaro (PL), Campos Neto era uma voz destoante na área ambiental por defender que o país avançasse na discussão de uma agenda ecológica.

> "Agora, está muito claro que, se tivermos problemas climáticos em sequência, isso também afeta a política monetária, porque tem distorção de preços, afeta logística e energia. Afeta os juros e, em última instância, afeta a estabilidade financeira
>
> **Roberto Campos Neto**
> presidente do Banco Central

Questionado se a falta de engajamento teria feito o Brasil perder investimentos para transição verde, diz que o tema da sustentabilidade vem se desenvolvendo gradativamente.

"Teve uma onda que era uma grande preocupação de produzir energia verde. O Brasil fez muitos projetos e tem hoje uma matriz bastante verde. Na segunda onda, veio a produção de alimentos. Precisávamos produzir alimentos de forma sustentável e o Brasil avançou muito nisso", diz.

A terceira, conta, chegou com consumidores, empresas e investidores começando a se preocupar sobre o tema.

"Eles só queriam investir em países que tinham uma preocupação com a sustentabilidade. Nesse terceiro movimento, foi o que chamei atenção no passado, a gente precisava ter uma mensagem melhor. Tinha uma narrativa que era entendida lá fora de tal forma que [o Brasil] não fosse preocupado com a sustentabilidade. Alertei naquele momento que essa narrativa poderia custar investimentos", lembra.

Em junho de 2020, um grupo de 29 gestoras de capital de países como Reino Unido, Suécia, Noruega, Holanda e Japão enviou carta aberta a embaixadas do Brasil expondo preocupação com o desmatamento na Amazônia.

A manifestação desses fundos de investimento e de pensão, que juntos administravam cerca de US$ 4,1 trilhões (R$ 21,6 trilhões), preocupou então o Palácio do Planalto, que temia fuga de investimentos com a deterioração da imagem internacional do país.

"Ajudei a coordenar uma resposta para ela [carta], a agenda do Brasil tem se modificado muito. Tem se mostrado muito mais pró-sustentabilidade. O mundo reconhece isso. A narrativa melhorou."

"Cada vez mais temos mais eventos climáticos. Tenho um gráfico que parece até exponencial, porque aumentou muito os números climáticos, e esses eventos têm causado diversos problemas nas cadeias produtivas, nos preços, energia, logística", afirma.

Ele diz que o desafio do país nos próximos anos é crescer de forma sustentável com disciplina fiscal e olhando o social.

"Não adianta crescer sem olhar o social, mas não adianta crescer de forma não sustentável fiscalmente, porque vai ter problemas na frente de custo de financiamento e, eventualmente, acaba tendo o crescimento abortado. O Brasil fez muitas reformas. Todas elas têm o poder cumulativo. Precisamos ter mais reformas olhando o crescimento, a produtividade", diz.